

# A indústria da invasão

O governador Cristovam Buarque está certo: a cultura do lote e a indústria da invasão, cuja síntese se expressa com perfeição na idéia absurda da Cidade Estrutural, conspiram contra o interesse público e ameaçam o futuro da cidade.

A idéia de que governantes podem dispor do que é público, a partir de critérios subjetivos, é errônea. Caridade não se faz com chapéu alheio. A administração anterior ancorou seu projeto político numa plataforma demagógica, que gerou o mal, sob a aparência do bem.

A distribuição de lotes, a partir de critérios de apadrinhamento político, estimulou migrações desordenadas para Brasília, gerou transtornos à infra-estrutura de serviços da cidade e semeou ilusões (e decepções) junto à população mais modesta, levando-a, de modo antipedagógico, a atribuir aos governantes poderes que, na realidade, não possui.

O processo de ocupação do solo urbano não pode ser aleatório, nem sujeitar-se a leis de conveniência político-eleitoral. O resultado, nessa hipótese, é catastrófico, para dizer o mínimo. Basta ver os problemas com que se defrontam as metrópoles brasileiras, cuja expansão ignorou critérios técnicos e sócio-econômicos. Brasília não pode abdicar de sua condição de cidade planejada e incidir em erros já farta-

mente diagnosticados.

A Cidade Estrutural é um amontoado de absurdos. Os erros começam em sua localização física: é concebível que se escolha para moradia de seres humanos exatamente o local destinado a acolher o depósito de lixo da cidade? O risco de contaminação é total. E mais: a região é vizinha do Parque Nacional de Brasília, cuja integridade ambiental é vital para amenizar os ciclos prolongados de estiagem da cidade.

Outro argumento decisivo parte do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção do DF: o Poder Legislativo não pode desconhecer o fato de que estão em pleno processo de discussão os Planos Diretores Locais e a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, envolvendo comunidade, órgãos públicos e o próprio Legislativo. Aprovar a criação de uma nova cidade, antes que essas discussões se concluam, é agredir a própria lógica do processo democrático.

O bom senso indica que, depois da farra dos assentamentos, na administração anterior, o Poder Público deve evitar a criação de novas cidades e expandir e adensar as já existentes. Tranqüiliza saber que, aprofundados os debates em torno da idéia da Cidade Estrutural, parcela ponderável dos deputados distritais que a apoiaram na votação em primeiro turno já mudou de idéia. Espera-se que essa posição prevaleça ao final.